

“Silenced They Want Us, Rebels They Will Have Us”: Cyberfeminism and Intersectionality in the Hybrid Construction of the 8M Movement in Portugal

“Caladas Nos Querem, Rebeldes Nos Terão”: Ciberfeminismo e Interseccionalidade na Construção Híbrida do Movimento 8M em Portugal

Camila Lamartine*, Carla Cerqueira**

* Universidade Nova de Lisboa, ICNOVA (camilalamartinemb@gmail.com)

** Universidade Lusófona, CICANT (carla.cerqueira@ulp.pt)

Abstract

This article explores cyberfeminist participation, with a focus on the 8M movement, the most recent international feminist strike front, which repoliticizes the feminist movements of this century (Arruzza et al., 2019), and is characterized as a mobilization that is a consequence of the association between the online and the street (Zimmerman, 2017). To better understand the construction of intersectional feminism through digital activism, we performed a netnographic analysis of the Instagram profile of the Rede 8 de Março, which organizes the strike in Portugal, during the month of March 2021 — still in pandemic period — evidencing the use of hybridity as a tool for construction and mobilization. After the analysis, semi-structured interviews were carried out with participants of the collective that organizes the strike. The main results reveal the recurrence of themes around misogyny violence and domestic work and show the importance of hybrid feminist activism in the construction of a transnational movement.

Keywords: Cyberfeminism, 8M Movement, International Feminist Strike, Intersectionality, Hybridism.

Resumo

Este artigo explora a participação ciberfeminista, com enfoque no movimento 8M, a mais recente frente de greve feminista internacional, que repolitiza os movimentos feministas deste século (Arruzza et al., 2019), e se caracteriza como fruto de mobilização da associação entre o online e a rua (Zimmerman, 2017). Com o intuito de melhor compreender a construção de um feminismo interseccional por meio do ativismo digital, recorremos a uma análise netnográfica do perfil do Instagram da Rede 8 de Março, que organiza a manifestação em Portugal, durante o mês de março de 2021 — ainda em período pandémico — evidenciando a utilização do hibridismo como ferramenta de construção e mobilização. Após a análise, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes do coletivo que organiza a greve. Os principais resultados revelam a recorrência de temáticas em torno da violência machista e do trabalho doméstico e mostram a importância do ativismo feminista híbrido na construção de um movimento transnacional.

Palavras-chave: Ciberfeminismo, Movimento 8M, Greve Feminista Internacional, Interseccionalidade, Hibridismo.

Introdução

“A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadoria” é o grito em uníssono que se tem ouvido nos últimos quatro anos no dia 8 de março por diversas cidades de Portugal – e no mundo. Desde os seus

primórdios, ainda em 2016, a Greve Feminista Internacional (ou Movimento 8M) coloca na esfera pública a necessidade de repolitização do Dia Internacional das Mulheres ao amplificar o seu propósito e ação no alargamento da significação e consideração do que seria trabalho (Arruzza et al., 2019).

Nesse sentido, o Movimento 8M, apresenta-se como uma frente transnacional que desafia a “impossibilidade” de se realizar uma greve de mulheres a partir do seu deslocamento a territórios diferentes, atuando como uma potência que é prática (Gago, 2020) e que se qualifica como consequência do ativismo feminista no espaço digital e de rua (Zimmerman, 2017).

Esse elo de interconexão entre as mobilizações do ciberespaço e do ambiente presencial tem sido trabalhado no campo dos estudos feministas como um novo momento do movimento feminista, chamado de quarta vaga, ainda que não seja, de facto, um consenso no mundo académico (Silva, 2019; Fernández et al., 2019; Chamberlain, 2017). Se recorrermos à narrativa das vagas, pode dizer-se que esta caracteriza-se, especialmente, por emergir do espaço digital e promover um ativismo feminista pela cognição do ciberfeminismo (Lamartine, 2021; Martinez, 2019;) afirmando a interseccionalidade como uma estrutura substancial (Zimmerman, 2017; Cochrane, 2013).

Dessa forma, partindo de um conhecimento situado (Haraway, 1988), e na intenção de compreender como a interseccionalidade é incorporada no movimento feminista de quarta vaga mediante o uso das redes sociais digitais, este artigo parte da questão: como foi construída a Greve Feminista Internacional em Portugal no ano de 2021?

Analizamos as publicações do Instagram da Rede 8 de Março, coletivo que convoca a manifestação desde a sua primeira realização no país, através de um aporte metodológico netnográfico, o qual foi cruzado com entrevistas com ativistas integrantes da organização para também trazer à investigação o “lugar de fala” (Ribeiro, 2019) das ativistas feministas. É também por isso que optamos por iniciar cada capítulo deste artigo com uma das várias “palavras de desordem” do próprio 8M português, apresentadas numa das publicações da página do Instagram do coletivo analisado para serem entoadas durante a manifestação.

“Lugar da Mulher, é onde ela quiser”: Ciberfeminismo e Híbridismo

A descentralização da comunicação e da produção de conhecimento possibilitadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) reestruturou as oportunidades de mudanças sociais, onde a internet passa a ocupar um espaço híbrido de trocas interativas e organização social, estreitando cada vez mais os limites entre o espaço real, de rua, e o espaço digital, o ciberespaço.

Para Floridi (2010) o dualismo online/offline perderá relevância até desvanecer, podendo vir a implicar novas formas de exclusão social devido à hiperconectividade progressista. A comunicação deve ser compreendida como uma interface que se dota de interdisciplinaridade onde as tecnologias transformaram-se em forças ambientais, atuando diretamente na configuração da realidade humana. Assim, o autor conceptualiza o termo “onlife” com o propósito de oferecer uma nova significação à experiência humana na sociedade conectada.

Nesse sentido, Chadwick (2017) compreende que devido à globalização e às TIC's, estaríamos a viver num sistema híbrido mediático, onde há um cruzamento — ao mesmo tempo em que há convívio — entre as novas e as antigas tecnologias. O poder comunicativo é distribuído a partir de novos mecanismos

remodelados pela desagregação da indefinição das fronteiras organizacionais e da atuação individual na esfera política (Witschge et al., 2018).

Como referem Witschge et al. (2018), um dos avanços fundamentais da concepção de hibridismo refere-se à maneira pela qual ele responde a insuficiência das premissas binárias que estão nas bases da sociedade. Não significa, portanto, que a não adoção aos propósitos desses binómios instaure uma desordem, mas sim que a ordem não é rígida, mas dinâmica, dotada de fragilidade e instabilidade, ou seja, mutável. Nesta conjuntura, o hibridismo evidencia a deformação e o deslocamento próprio aos espaços discriminatórios e excludentes, no íntimo dos discursos entre colonizador/colonizado, possibilitando o a criação de uma identidade intervalar, pois é nesta janela que se constitui o sujeito (Bhabha, 2003).

O hibridismo seria, conforme explicita Hall (2003), a marca cultural de uma lógica da tradução que permanece constituída de ambivalências e antagonismos, processo este que ele intitula de agonístico, isto é, que remete para a consolidação de um espaço diferente, de facto, heterogéneo. É, na verdade, um fortalecimento das identidades e não a sua fragmentação, o que permite novas possibilidades de transformação, além da construção de novas e diversas esferas públicas.

Lúcia Santaella (2010) alude também à convergência mediática, encarada como uma combinação de canais comunicacionais hiperconectados e interligados, independente das classificações que lhes são atribuídas, como hibridização, hibridez e hibridismo de acordo com os campos dos signos, da cultura e dos próprios media. É, portanto, um produto “resultante de coisas misturadas, amálgama, mescla, reunião íntima de coisas diversas e/ou opostas” (Santaella, 2010, p. 82).

O ciberespaço funciona, assim, como um espaço público que é híbrido a partir da fusão do espaço da rua/real e do espaço online/digital, influenciando diretamente as formas comunicacionais do sujeito na permissão de que os atores sociais sejam enunciadores da própria vida (Castells, 2013).

A interatividade proporcionada pelo ciberespaço abriu caminho para o desenvolvimento das redes sociais digitais, fruto da relação firmada entre estes atores, que são os indivíduos isolados ou em instituições, e as suas conexões, justamente os entrosamentos sociais, que atuam como elementos pré-definidos na impossibilidade de isolar um ou outro (Lamartine, 2021; Recuero, 2009). Dessa forma, “a autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo” (Castells, 2013, p. 15).

Devido a esta descentralização, a comunicação passou a ser efetuada de forma horizontal, implicando alterações tanto na forma de interagir quanto de informar, especialmente enquadrando o espaço e o tempo. Essa forma de comunicação favorece a adaptação e a integração entre os repertórios de ação coletiva, sejam eles antigos ou novos, e ainda, tanto inseridos na rede digital ou no ciberespaço, como fora dele (Fernández-Romero & Sánchez-Duarte, 2019).

Como referem Fernández et al. (2019), a cibercultura promove o desenvolvimento de ações coletivas que objetivam verdadeiras transformações sociais de base que não dependem da geografia, desempenho e objetivos específicos, mas favorecem movimentos como o feminista que conseguiu disseminar ideais e debates entre as mulheres, questionando as desigualdades de género e a relação da mulher com a cultura eletrónica e as TIC's, o que passou a ser chamado de ciberfeminismo (Martinez, 2019).

Para Castells (2013), o ciberfeminismo garantiu ao movimento feminista a interpretação de movimentos culturais a partir da permissão de um ator ser também sujeito, como referido anteriormente, onde as suas

ações são baseadas em suas experiências e valores, não considerando uma organização específica de pertença, uma vez que a estrutura virtual dificulta a identificação da liderança, e logo, de censura. Assim, é o ciberfeminismo que permite uma maior propagação e disseminação dos princípios feministas através de discursos provenientes de vivências pessoais e experiências sociais que não se inibem em expor pensamentos, críticas e opiniões (Lamartine, 2021).

O ciberfeminismo começou a ser difundido durante a década de 1990, sendo atribuído em concomitância à filósofa Sadie Plant e ao coletivo australiano *VNS Matrix* após a publicação do *Manifesto Ciberfeminista*, escrito em homenagem à teórica Donna Haraway. No *Manifesto Ciborgue*, Haraway (1995) propôs a quebra dos binarismos sob o prisma das representações das mulheres e os papéis que desenvolviam no espaço digital (Martinez, 2019), considerando que o empoderamento feminino em termos políticos é empreendido a partir dos meios de produção correntes, neste caso, as TIC's.

O prefixo *ciber*, do ciberfeminismo, aponta para variadas particularidades do ambiente digital, já que a sua constituição multifacetada faz assim analogia à multiplicidade do movimento feminista que, neste sentido, caracteriza-se por um ativismo essencialmente online (Lamartine, 2021). Dessa forma, o ciberespaço possibilita ao movimento feminista uma certa recusa de conceitos e epistemologias obsoletas e práticas políticas baseadas em burocracias embrutecidas (Martinez, 2019), ou seja, permite uma renúncia a uma organização política/teórica específica visto que a organização virtual prejudica a censura devido à dificuldade de identificação de liderança.

Conforme explicam Ferreira e Lima (2020), este ativismo feminista exemplifica o protagonismo das TIC's, nomeadamente ao oferecer às minorias dantes silenciadas — inclusive pelos media — espaços de fala e de decisão a partir da rejeição à hegemonia de um único feminismo *mainstream* que é questionado devido à garantia oferecida pela rede de diversas representações identitárias participarem efetivamente (Silva, 2019). Assim, o ciberespaço, passa a denotar um campo de liberdade de expressão, colaboração e união, especialmente no caso do ativismo feminista que se constitui através das trocas de vivências e ações coletivas, promovidas pela descoberta comum de um ponto de identificação (Lamartine, 2021). As redes sociais digitais, cada vez mais, mostram a relevância do ciberfeminismo, da integração e adaptação entre repertórios de ação coletivos entre as mulheres, na consolidação de organizações híbridas (Fernández-Romero & Sánchez-Duarte, 2019).

A presença do movimento feminista no ambiente digital permite aberturas políticas novas que são impulsionadas pela construção e afirmação de laços empáticos entre mulheres/ativistas nos mais variados espaços comunicacionais que a rede digital oferece (Tomazetti, 2015), seja no rompimento da imputação social dos binarismos entre tecnologia e sociedade, ou mesmo na cultura e natureza e entre o Sul e Norte Global.

Dessa forma, clama uma articulação entre fronteiras que ultrapassam os limites geográficos — ignorados pela capacidade de alcance que a internet oferece, vindo a implicar a formulação de novas estruturas que atuem diretamente na interconexão entre a rede digital e a rua de forma permanente (Fernández et al., 2019).

"Diversas, mas nunca dispersas": Interseccionalidade e Quarta Vaga Feminista

As TIC's defrontaram as formas de comunicar-se e relacionar-se, o que no caso específico do movimento feminista ficou a cargo do ciberfeminismo ao atuar como uma resposta direta a essas demandas (Ferreira & Lima, 2020). Assim, o despreendimento de organizações e locais de pertença acabam por enfatizar as vivências individuais, sublinhando o que Silva (2019) compreende como feminismos da diferença que, atrelado às facilidades comunicacionais promovidas pelas redes sociais digitais, originam a quarta vaga do movimento feminista, caracterizada principalmente por emergir do ciberespaço (Maclaran, 2015; Tomazetti, 2015; Silva, 2019).

Ainda que não seja um consenso na comunidade científica, o termo "quarta vaga" tem sido utilizado por jornalistas, acadêmicas e ativistas para explicar o novo momento dos feminismos. Isto não quer dizer, no entanto, que as problemáticas postuladas nas vagas anteriores tenham sido resolvidas na sua totalidade, mas que a ideia de vaga "pode ser um meio de abordar a temporalidade feminista, considerando como o passado e o futuro informam o imediatismo afetivo do momento presente" (Chamberlain, 2017, p. 1).

Considerando a premissa de que no ativismo feminista online as ações partem de pontos de identificação empáticos em comum (Lamartine, 2021), ou seja, através da permuta de sentimentos entre variados grupos em momentos específicos, a autora Prudence Chamberlain (2017) desenvolve o conceito de temporalidade afetiva, que atua como um pilar constitutivo dessa quarta vaga que se define pela solidariedade informativa e onde o ativismo responsivo é estimulado pelo afeto que serve como catalisador de ação.

No seu livro *All the Rebel Women: The rise of the fourth wave of feminism*, a jornalista britânica Kira Cochrane (2013) lista quatro grandes áreas temáticas que, somadas, fundamentam o feminismo de quarta vaga. O ativismo feminista online encabeça a lista, seguido pelo humor como característica de exploração das ideias feministas e que gera uma maior disseminação. Em terceiro lugar, a autora traz o tema da cultura do estupro em torno da culpabilização inerente as mulheres que ainda é propagada, especialmente, pelos media. A inclusão e a interseccionalidade são percebidas como a quarta grande área numa criticidade em torno da chamada "mulher universal" que advém da vaga anterior (Silva, 2019; Maclaran, 2015; Tomazetti, 2015).

É nesta nova era dos feminismos que eclodiram uma série de manifestações digitais a favor das mulheres a partir das *hashtags* e do próprio hibridismo que o movimento contemporâneo oferece, na percepção de que a internet traz a possibilidade de diversos lugares de fala (Ribeiro, 2019) para o questionamento de agendas como o assédio, a violação, a misoginia, entre outras, além da possibilidade de subverter as dinâmicas excludentes das relações de poder sociais (Tuzcu, 2015).

A destacar que em 2011 na cidade de Toronto um polícia sugeriu que as mulheres não se deveriam vestir como putas se não quisessem tornar-se vítimas, esse foi o mote da #Slutwalk que se espalhou, nos meses seguintes, através dos meios digitais, por mais de 40 países, no intuito de erradicar a cultura da culpabilização das vítimas de assédio sexual (Mendes, 2015; Hill, 2016; Cruz & Cerqueira, 2017).

O #NiUnaaMenos, na Argentina, no ano de 2016, colocou em questão a cultura do estupro após o assassinato (seguido de violação) de 5 adolescentes, entre elas Chiara Paéz, 14 anos e grávida, e Lucía Perez, considerado um dos femicídios mais brutais do país até hoje. A hashtag pulverizou-se pelo Twitter, originando inclusive a própria Greve Feminista, culminando numa das grandes manifestações do movimento

feminista na América Latina que levou mais de duzentas mil pessoas às ruas de Buenos Aires (Mason-Deese, 2020).

Outro movimento ciberfeminista emblemático é o #MeToo que se difundiu nos Estados Unidos em 2017 quando a atriz Alyssa Milano publicou um depoimento acerca das violências sexuais que sofreu, numa denúncia direta ao então produtor hollywoodiano Harvey Wienstein — é de se revelar que a origem do termo “me too” data de 2006 e é atribuído à ativista antirracista Tarana Burke. Em apenas dois dias, essa hashtag foi utilizada 4,7 milhões de vezes no Facebook em mais de 12 milhões de publicações ao redor do mundo (Vink, 2019) em diversos países com suas causas específicas, inclusive Portugal em 2018 (Magalhães, 2021).

Também nos Estados Unidos, em 2017, a eleição do então presidente Donald Trump, levou às ruas milhares de mulheres na manifestação que ficou conhecida como Marcha de Mulheres em Washington, tendo se estendido a várias cidades, a exemplo de Londres que juntou cerca de 100 mil manifestantes, uniu simpatizantes de diversas causas, direita e esquerda, sendo considerada a maior manifestação de um dia na história moderna do país (Littler & Rottenberg, 2021).

Nesta senda, no Brasil, o movimento #EleNão originou-se num grupo de Facebook denominado Mulheres Unidas Contra Bolsonaro que chegou a ter 3,8 milhões de participantes. No ano de 2018, 114 cidades brasileiras manifestaram-se contra as atitudes misóginas do eleito presidente Jair Bolsonaro, numa das maiores manifestações da história do Brasil, que também se realizou em cidades como Paris, Berlim e Lisboa (Pagel & Mello, 2021) numa demonstração efetiva da solidariedade construída em rede neste novo momento do feminismo contemporâneo.

A constituição dessa vaga feminista em torno da solidariedade informativa garante uma articulação entre o reconhecimento histórico e a procura de respostas às lutas contemporâneas (Chamberlain, 2017), isto é, existe uma compreensão acerca da necessidade de promover análises englobantes de variadas definições de mulher e das suas também variadas opressões que só serão, de facto, percebidas através da interseccionalidade enquanto estrutura dominante da quarta vaga, sobretudo pelo alcance dos media digitais (Zimmerman, 2017).

O surgimento da interseccionalidade acontece em concomitância com o movimento antirracista no fim da década de 1980. Mais precisamente, em 1989, a académica, professora e advogada, Kimberlé Crenshaw desenvolveu o conceito com o objetivo de explicitar a interligação de pertenças identitárias e a sua aplicabilidade nos estudos de direito, ao expor a capacidade globalizante de um único eixo de pensamento em minar produções de conhecimento, compreensão jurídica e a luta por justiça social (Zimmerman, 2017; Cerqueira & Magalhães, 2017; Chochrane, 2013; Cho et al., 2013).

Como elucida Conceição Nogueira (2017), a interseccionalidade diz respeito a uma simultaneidade de múltiplas categorias de pertença, além de advir de uma longa história que antecede a sua consolidação numa única palavra, utilizada pela primeira vez por Crenshaw:

a experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e sexismo e qualquer análise que não tome a interseccionalidade em conta não consegue de forma correta ter em consideração as formas particulares de subordinação de muitas mulheres, particularmente as mulheres negras, que eram o alvo das suas preocupações. Enfatiza por isso a "multidimensionalidade" das experiências vividas dos sujeitos marginalizados, referindo que quem acredita que a identidade existe em camadas removíveis e separadas acaba em generalizações abusivas (Nogueira, 2017, p. 146).

Entretanto, devido às transformações da sociedade, as circunstâncias que suscitaram a origem da teoria interseccional foram remodeladas a fim de proporcionar uma ferramenta que seja teórica e metodológica à inseparabilidade que cerceia o indivíduo numa dinâmica de identidades sociais coexistentes (Cho et al., 2013), sem, contudo, querer tomar para si a exaltação de grande teoria, na medida em que refuta subordinar-se a uma única categoria (Zimmerman, 2017).

É a partir da interseccionalidade que se cria uma crítica política em relação à fluidez identitária a que os corpos estão socialmente subordinados, como classe e raça, género e, claro, às estruturas opressoras da sociedade, para que dessa forma, possa haver uma articulação das fragmentações identitárias no combate às opressões colonialistas (Akotirene, 2018), portanto, uma forma política de ativismo.

A interseccionalidade deve ser colocada em oposição às matrizes de opressão que atuam na produção da diferença no intuito de conciliar essas deliberações. Neste sentido, “a interseccionalidade como estrutura teórica é mais adequada para o movimento da quarta vaga, porque busca intervenção e visibilidade política, mas não à custa do silenciamento, apagamento, segregação e/ou marginalização” (Zimmerman, 2017, p. 64), já que o desafio do movimento feminista contemporâneo é irromper as fronteiras simbólicas e materiais que tocam a sociedade em níveis de sexualidade, classe e etnia (Tomazetti, 2015), entre outros.

"Aliança Internacional, contra o patriarcado e o capital: Movimento 8M

Um incêndio que vitimou operárias numa fábrica de tecidos em Nova York e a greve de mulheres durante a Revolução Russa em 1917 são factos que aparecem associados à origem das intervenções envoltas ao dia 8 de março — Dia Internacional das Mulheres (Cerqueira, 2012). Todavia, somente em 1975, durante o Ano Internacional da Mulher, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu oficialmente este dia como Dia Internacional das Mulheres que começou a se interligar com os movimentos trabalhistas da Europa e América do Norte.

O início das comemorações do dia 8 de março em Portugal girava em torno das reivindicações de direitos políticos e jurídicos na busca por uma melhor qualidade de vida, no âmbito pessoal e profissional (Cerqueira & Cabecinhas, 2015). Contudo, as manifestações que marcam o dia passaram a ser substituídas (ou diluídas) em ofertas de flores e presentes numa homenagem à mulher, pelo facto de ser mulher, “frieiras de mau-gosto que despolitizavam aquele março — almoços, aperitivos, cartões comemorativos” (Arruzza et al., 2019, p. 22).

No ano de 2016, uma série de manifestações na Polónia envolvendo mais de 100 mil mulheres em oposição à ilegalização do aborto e os protestos contra o assassinato de Lucía Perez na Argentina foram o mote de ações locais e nacionais que se transformaram, rapidamente, num movimento transnacional (Arruzza et al., 2019), colocando as mulheres, como explica Verónica Gago (2020), em situação de luta sem esquecer, contudo, o luto dos acontecimentos, apenas retirando o “estado” de luto.

Assim, o Movimento 8M define-se como uma frente de greve feminista que protesta acerca das desigualdades que as mulheres enfrentam na sociedade e da violência a que são condicionadas. Ao mesmo tempo que visibiliza, reconstrói cercos transfronteiriços, explicando as razões que constituem a relação entre acumulação e violência ao politizar “as violências contra a mulheres e os corpos feminizados porque as vincula às violências da acumulação capitalista contemporânea” (Gago, 2020, p. 22).

No decorrer de 2017 as agendas incluíram ainda uma resistência contra as políticas neoliberais fomentadas por governantes como Donald Trump nos Estados Unidos, Mauricio Macri em Argentina, e posteriormente, Jair Bolsonaro no Brasil, na perspectiva de que estes governos atacam direitos de liberdades a pessoas LGBTQIAP+, negam a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos e promovem a cultura do estupro com a justificativa de um protecionismo familiar tradicionalista, como explica a Internacional Feminista na sua página.

Em 2018 a Espanha alcançou a marca de cinco milhões de manifestantes, o que permitiu uma maior notoriedade do movimento que repolitizou o Dia Internacional das Mulheres, evocando a essência das manifestações femininas do século XX a demonstrar a capacidade de poder político dessas mulheres (Arruzza et al., 2019). Portanto, o surgimento e desenvolvimento da Greve Feminista não aconteceu isoladamente, foi se estruturando com o passar dos anos, convertendo-se numa ferramenta impulsionadora do movimento feminista de forma inédita e internacional (Gago, 2020).

O movimento 8M é objeto de diversos estudos acadêmicos das mais variadas áreas de conhecimento (Arruzza et al., 2019; Fernández et al., 2019; Fernández-Romero & Sánchez-Duarte, 2019; Mason-Deese, 2020; Reverter & Medina-Vicent, 2022), considerando as particularidades de cada envolvimento com as geografias culturais específicas (Tuzcu, 2015).

Litter e Rottenberg (2020) apresentam uma minuciosa investigação acerca do caso dos Estados Unidos, no qual se releva a compreensão esquerdista e feminista de uma economia política e reprodução social à luz da interseccionalidade. Para as autoras, ao contrário da já referida Marcha das Mulheres em Washington, a Greve não tem a mesma desenvoltura por não se envolver da mesma maneira com a corrente mainstream, baseando-se numa solidariedade que enfatiza a economia política e social, sendo, portanto, mais de esquerda, o que acaba por afastar muitas mulheres de centro-direita no país.

Flávia Melo (2020) expõe um retrato da Greve em Brasil enfatizando a ode à vereadora assassinada Marielle Franco, que virou símbolo de luta e resistência feminista para além do país, trazendo à tona as questões vinculadas ao governo de direita que se instaurou e a permissividade à perpetuação do ódio e dos seus discursos no espaço digital.

Em Portugal, Lamartine et al. (2022) apresentam uma investigação acerca da construção do 8M, das suas agendas e reivindicações, bem como Santos e Pieri (2021), sendo que este segundo trabalho o faz num estudo comparativo entre Portugal e Itália no enfoque da autodeterminação das mulheres no âmbito da ação coletiva com relevância para o conceito de interseccionalidade e o ajuste estratégico da internacionalização, pois o "trabalho em torno da Greve Feminista Internacional demonstra o modo como a solidariedade além-fronteiras se vem desenvolvendo em tempos recentes" (Santos & Pieri, 2021, p. 97).

O 8M teve uma extensa adesão de ativistas no contexto espanhol, daí os estudos que aparecem em maior número em relação a Greve são de Espanha. Emelina Fernández et al. (2019) abordam a paralisação das jornalistas feministas da Rede Estatal de Comunicadoras Feministas na ação coletiva online "Las Periodistas Paramos", enquanto Diana Fernández-Romero e José Sánchez-Duarte (2019) analisam os recursos utilizados para disseminação e comunicação da Greve no Facebook, a nível nacional e regional. Já o trabalho de Reverter e Medina-Vicent (2022) concentra-se na organização mediática através do Twitter.

Esses são alguns estudos que destacam a importância do 8M para o movimento feminista contemporâneo que se edifica através da solidariedade entre essas mulheres de diversas partes do mundo, onde Portugal tem as suas primeiras manifestações no ano de 2017, sendo convocada pelo coletivo Assembleia Feminista,

que somente ganha força grevista, de facto, no ano de 2019 — ano de surgimento da Rede 8 de Março e da maior edição do Movimento 8M no país. De acordo com a Rede 8 de Março, coletivo responsável por convocar o Movimento 8M no país atualmente, cerca de 30 mil mulheres espalhadas por 13 cidades — Albufeira, Amarante, Fundão, Aveiro, Braga, Coimbra, Ponta Delgada, Lisboa, Porto, Vila Real, Covilhã, Chaves e Viseu — marcharam contra a desigualdade salarial e a cultura machista em 2019.

A cada ano os números aumentam: “não foram apenas mulheres e pessoas não-binárias, mas também homens, que se juntaram às impressionantes manifestações (Arruzza et al., 2019, p. 26),” tornando o Movimento 8M, desta forma, como elucida a Rede 8 de Março, o maior movimento mundial de mulheres de paralisação social das últimas décadas.

Esse horizonte organizativo, submerso em tal dinâmica conflituosamente aberta, repõe nos feminismos a dimensão classista, anticolonial e massiva, porque as situações que revolucionam internamente a ferramenta da greve são aquelas que a greve supostamente desprezaria se sua referência fosse apenas o trabalho livre, remunerado, sindicalizado, masculino e restrito a suas funções (Gago, 2020, p. 25).

Entretanto, durante a pandemia da covid-19 esses números tiveram uma redução considerável. As medidas de segurança impossibilitaram diversas ações de preparação e convocatória da greve, bem como no dia em relação à concentração de pessoas na rua. Mas isto não parou a greve, que continua a desenvolver-se no elo entre o ativismo digital e presencial e que exige a necessidade de novas análises. Como explicam Fernández-Romero e Sánchez-Duarte (2019) a utilização de forma estratégica das alianças e diálogos presenciais que passaram a ser também digitais — sem excluir um ou outro, mas existindo em concomitância — se converteu num encorajamento fundamental para o seguimento da Greve Internacional Feminista.

Metodologia

Atentando para o objetivo principal deste artigo de melhor compreender a construção de um feminismo interseccional através do ativismo digital, especificamente na construção da Greve Feminista Internacional, considerando ainda a importância do hibridismo para o ativismo feminista online, decidimos analisar o ano de 2021, uma vez que devido ao contexto pandémico, seria a primeira vez que o 8M seria realizado, ao mesmo tempo, de forma online e presencial.

Dessa forma, optamos por uma abordagem metodológica netnográfica da página do Instagram do coletivo Rede 8 de Março que convoca a greve desde 2019, já que a netnografia se constitui como uma ferramenta fundamental para compreensão dos acontecimentos no espaço virtual por ser (a) naturalista, possibilitando o estudo das manifestações sociais espontâneas no ambiente virtual; (b) imersiva, ao proporcionar uma percepção profunda do objeto estudado, (c) descritiva, na apreensão da realidade; (d) multimétodos, na medida em que permite a combinação de instrumentos e técnicas de pesquisa, e ainda (e) adaptável, pois possibilita o estudo de diferentes instrumentos comunicacionais mediados por computador (Kozinets, 2014). De acordo com a definição de Kozinets (2014), as comunicações empreendidas no ciberespaço não são propriamente o conteúdo, mas sim interações sociais dotadas de significados intrínsecos e produtos culturais. Para a sua realização é necessário, sobretudo, planeamento, seleção e entrada no campo para assim seguir para a coleta e análise dos dados. Neste sentido é imprescindível garantir a confiabilidade da pesquisa no cumprimento da ética investigativa, que deve ser assegurada com o que os autores chamam

de “consentimento informado”, isto é, a autorização da pesquisa que seguirá através da observação participante netnográfica (Kozinets, 2014, pp. 180—181).

Após a coleta de dados efetuada de forma manual, seguiremos para análise através do que Kozinets (2014, p. 114) compreende por “interpretação hermenêutica”, por melhor se enquadrar em termos qualitativos menores na valorização e aprofundamento das narrativas e seus contextos histórico e social, promovendo uma interpretação específica e formada por diversos elementos.

A escolha da plataforma Instagram se deu, pois, após análise prévia, percebeu-se que as publicações do Facebook tinham formatação específica do Instagram, o que foi confirmado posteriormente pelas ativistas integrantes da Rede 8 de Março que foram entrevistadas neste estudo.

Apesar de, atualmente, dividir a convocação da manifestação com a plataforma @grevefeminista.pt, decidimo-nos debruçar sobre a @rede8demarco por, como referido, ser a que convoca a Greve desde 2019, e ainda, por ter um maior número de seguidores no país, totalizando o montante de 5.572 seguidores¹ com 279 publicações. A página foi analisada durante todo o mês de março de 2021 — mês de realização da Greve — com 18 publicações, sendo 5 fotografias, 10 cartazes e 3 vídeos. Posteriormente, os dados foram divididos em áreas temáticas de acordo com as pautas apresentadas (Braun & Clarke, 2006). Estas áreas temáticas resultam da análise e também do quadro teórico que serve de base a este estudo. A primeira foi a Convocatória para o 8M, seguido de Machismo e Trabalho Doméstico, que serão explicitadas e desenvolvidas no capítulo a seguir.

Após a coleta de dados, efetuamos entrevistas semiestruturadas de caráter exploratório com ativistas do coletivo Rede 8 de Março, com o intuito de perceber as similaridades do discurso das ativistas com o existente nas publicações analisadas. Aqui é de se relevar que o coletivo é realizado através de voluntariado e estruturado de forma horizontalizada, ou seja, não há hierarquização em relação às realizações de atividades e também no que se refere a comunicação desenvolvida interna e externamente.

As ativistas foram contatadas através da página do Instagram (@rede8demarco) onde foi detalhada a pesquisa e encaminhado o pedido de consentimento, a fim de garantir a ética da investigação. Após o consentimento informado, participamos de uma das assembleias desenvolvidas pelo coletivo, para também expor o nosso lugar de fala e acentuar a importância do conhecimento situado enquanto mulheres feministas em Portugal. É de se relevar que a organização e planeamento das demais reuniões (online e presencial) é realizada através de grupo no *WhatsApp*, motivo pelo qual, também foi necessária a permissão de entrada no grupo fechado. Assim, o pedido de entrevista foi colocado no grupo e passou por discussão geral — tendo em conta o caráter coletivo da organização — onde 4 mulheres aceitaram conceder declaração. As entrevistas aconteceram de forma presencial, a partir de um guião semiestruturado, e tiveram uma duração média de 1 hora e 30 minutos cada uma. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra.

As ativistas entrevistadas, compõem um grupo diverso, ainda que pequeno. São mulheres de 20 a 35 anos, uma portuguesa, uma luso-brasileira, uma britânica e uma argentina. Todas se consideram mulheres cisgénero e se identificam como brancas. As suas falas serão indicadas por Ativista e número correspondente de 1 a 4 (ex.: Ativista 2) de forma a garantir o anonimato de cada uma. Os dados recolhidos nas entrevistas também passaram pelo mesmo processo de análise temática (Braun & Clark, 2006), de modo a fazer uma articulação com a análise prévia efetuada no Instagram.

¹ Número obtido em março de 2022 no perfil @rede8demarco do Instagram.

Resultados e discussão

"Alerta, em Portugal há greve feminista": Convocatória para o 8M

Em relação às temáticas que surgiram, esta categoria foi a que apareceu em maior quantidade. Designada 8M, ela explora a convocatória da Greve Feminista Internacional em 13 das publicações analisadas. A ideia aqui é informar, acima de tudo, o que de facto é a Greve, quais as suas particularidades dentro de uma ótica feminista, e o porquê de fazê-la na contemporaneidade.

Em aliança com as companheiras internacionais, a @rede8demarco explicita os pilares da greve, separando-os em quatro grandes áreas: o trabalho assalariado, o cuidado, o consumo e o pilar estudantil. A comunicação é trabalhada com uma linguagem mais informal, no sentido de "mulher para mulher", o que aponta certa recusa a um formalismo organizacional no sentido de pertença, indicando o que Castells (2013) compreende como um movimento cultural, já que as organizadoras são também ativistas, ou seja, são, ao mesmo tempo, atores e sujeito.

Neste sentido, considerando o ciberespaço um espaço público híbrido (Castells, 2013) e as dificuldades imputadas pela pandemia da covid-19, a Rede 8 de Março promoveu, para além de assembleias gerais que antecederam o dia 8 de março, uma assembleia online no dia da manifestação como se vê na Figura 1, para que a participação na Greve fosse mista, híbrida, e pudesse englobar um número maior de participantes, já que havia certo desconforto em sair às ruas, ainda que o respeito às regras instituídas pela Direção Geral de Saúde fosse acatado, promovendo, assim, estruturas que atuem na interconexão entre os movimentos de rua e digitais (Fernández et al., 2019).

"As pessoas que estão na rua são muito mais do que aquelas que estão presentes das assembleias online. São pessoas que, de alguma maneira, conhecem o trabalho da Rede. E, sem dúvidas, é através da rede social. Hoje em dia não dá pra não ter. Acho que obviamente a Rede tem que existir nesse espaço, e claro, é uma forma de criar envolvimento, chamar atenção e participação." (Ativista 1)

Figura 1: Cartaz de convocação para Greve Feminista de Faro



Fonte: Rede 8 de Março [@rede8demarco], 2021, Instagram (<https://www.instagram.com/p/CMFSL-wliivs/>)

Apesar de utilizarem a imagem de uma mulher negra nos cartazes de convocatória da Greve para todas as cidades que a subscreveram, o coletivo não trouxe outras representações identitárias para o cerne da divulgação da manifestação. Contudo, é de se relevar a escolha da imagem que não era de uma mulher branca e assim o cuidado de não cair na premissa do feminismo branco que busca homogeneizar a vivência feminista a fim de que esta experiência seja, em realidade, feminista branca (Beck, 2021).

Além disto, a convocatória que se destinava às mulheres em geral, tinha um agravante por ser feito no singular. Ou seja, ao assinalarem o Dia Internacional da Mulher, ainda que na legenda o plural tenha sobressaído na maioria das publicações, excluía diversas representações imersas no ser mulher e de algum modo podiam levantar questionamentos sobre a aplicabilidade da interseccionalidade nas práticas feministas.

"Existe a preocupação de ter um movimento mais abrangente possível. Há discussão em relação a pluralidade do movimento. Há embates, claro, mas há a preocupação." (Ativista 4)

"Há preocupação de incluir outras representações, eu diria que muita. Mas também há ignorância da nossa parte e privilégio. O que foi feito na preparação houve a preocupação de linguagem inclusiva. Tentamos colocar mais pessoas e coletivos LGBTQ+, mas houve recusa por não considerarem o espaço seguro." (Ativista 2)

Portanto, a preocupação com a diversidade que se retira dos discursos das ativistas parece não se refletir concretamente nas imagens, a não ser pela escolha de uma mulher racializada. Como nos relembra Akotirene (2018) não existe uma hierarquia de camadas de opressão, vindo a concordar com Nogueira (2017) em relação a resistência que a interseccionalidade detém de não essencializar essas categorias como se fossem um grupo social uno, idêntico e indissociável.

Para Cochrane (2013) as feministas contemporâneas que clamam para si a definição de interseccional, expõem o reconhecimento dos privilégios na tentativa de reconhecer os seus lugares na estrutura social de poder a fim de, não só garantir espaço para as feministas que se encontram à margem, mas advogar em favor delas.

"O que se considera como movimento feminista ainda é muito branco. Há imenso feminismo negro e não tem muita representação. É preciso que reconheçamos os privilégios, todos. O espaço é muito hostil ainda!" (Ativista 3)

Nesta linha, fica claro que o que parece estar em falta é uma questão de representatividade no seio do movimento feminista, o que também nos pode fazer questionar o porquê da sua ausência. Mulheres lésbicas, ciganas, trans, com deficiência e outros corpos feminizados precisam ser identificadas e trazidas para o cerne do diálogo, pois "a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades" (Akotirene, 2018, p. 46).

"Contra o machismo, nós paramos, nós marchamos": Machismo

Nesta categoria alocamos três publicações cujo mote principal, ainda que não dito diretamente, foi o machismo enquanto uma forma de violência que persiste na sociedade portuguesa. Aqui, a autora Verónica Gago (2020) sinaliza o ganho para o movimento feminista em reconceptualizar a violência machista, pois não só pluralizou a sua definição, mas enraizou a compreensão dessas violências de maneira singularizada. A primeira postagem aborda a violência machista através de um vídeo em formato de denúncia, sendo um dos temas contidos no Caderno Reivindicativo organizado pela Rede 8 de Março. Neste tópico, é requerida a condenação dos violadores e o investimento em casas de abrigo públicas para mulheres com acompanhamento psicológico.

"A violência contra a mulher é sempre o principal tema. Ao longo do ano é mais comum que existam notícias de situação de violência machista. Femicídios, estupro e violência sexual. Claro que o foco da Rede é a organização do 8M, mas não impede – ou não deveria impedir – que outras coisas sejam abordadas/organizadas." (Ativista 4)

"O contexto social tem um impacto muito grande. Exemplo, na pandemia, a preocupação maior era a nível do descaso doméstico e profissional das mulheres. E tivemos de falar sobre isso." (Ativista 1)

Durante a pandemia a obrigatoriedade do isolamento social condicionou que muitas mulheres ficassem aprisionadas com os seus agressores, o que gerou um alerta mundial efetuado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que a violência doméstica seria uma *epidemia escondida* agravada pelas medidas de contenção impostas pela covid-19. O governo português, juntamente com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) aumentaram as suas linhas de assistência e acolheram um número ainda maior de mulheres vítimas dessa violência, considerado um exemplo de implementação de medidas a este nível (Lamartine, 2021).

Foi esta a temática da segunda publicação que se constituía em forma de repúdio à omissão do Tribunal da Relação de Guimarães ao suspender a pena de um agressor que agrediu a vítima por 32 anos. Este aspeto revela o que Cochrane (2013) conceitua como cultura do estupro, sendo para ela um fundamento da quarta vaga do movimento feminista e que também está expresso nas lutas do 8M no contexto português.

A cultura do estupro é construída devido a uma série de atividades que objetificam as mulheres e as tornam corpos passíveis a esta violência. Assédio sexual, relativização da violência contra as mulheres e descredibilização da vítima, além da impunidade dos agressores, são uma das muitas causas desta cultura que se consolida como uma verdadeira pandemia fruto do sistema patriarcal mundial, uma vez que, de acordo com dados da ONU, 1 em cada 3 mulheres foram ou serão espancadas ou estupradas durante a vida (Cochrane, 2013).

"As redes sociais permitem que apresentemos pautas que antes passariam despercebidas. A violência é sempre a maior temática, principalmente nos casos de estupro. O caso Mari Ferrer, no Brasil, e o próprio 'O violador eres tu' na Argentina. É algo que, infelizmente, temos que abordar." (Ativista 3)

Na última publicação o machismo era denunciado dentro do ambiente académico, perpassando por papéis de género, precariedade profissional e, claro, assédio moral e sexual. Num estudo realizado pelo Centro de

Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), foi possível verificar que a pandemia da covid-19 potencializou as desigualdades estruturais dentro da academia.

"Temos tido muitos levantes em prol de denúncias dentro das universidades. Isto é algo que ainda vai ficar bem maior [...] pois as mulheres têm percebido que serão escutadas." (Ativista 2)

O estudo "Condições de trabalho, perceções sobre o uso do tempo e desempenho académico na crise da covid-19" executado no domínio do projeto SUPERA- *Supporting the Promotion of Equality in Research and Academia*² constatou que, indubitavelmente, as mulheres foram as mais afetadas pelo isolamento e pelas questões de trabalho remoto, num aumento de ansiedade, tristeza, preocupação com o futuro da profissão e demais efeitos psicológicos na sensação de perda de controle, especialmente aquelas que tinham dependentes ao seu cuidado, aspeto que abordaremos na próxima temática encontrada.

"Sociedade Patriarcal, trabalho não pago sustenta o capital": Trabalho Doméstico

Um dos pilares da Greve Feminista é o dos cuidados. O trabalho que é condicionado às mulheres, invisibilizado e não remunerado, que parte da premissa de que os serviços domésticos são parte constituinte das mulheres não é considerado produtivo. Isto é colocado à prova na retomada da Greve pelo feminismo, na obrigação de reformular a ideia de que trabalho produtivo só é feito fora de casa, ou seja, delegar ao salário o poder do reconhecimento de quem é, de facto, trabalhador/a (Gago, 2020).

"Essa questão é problemática. Alguns sindicatos participam, mas a maioria não pois acredita que divide os trabalhadores. Há uma resistência a ideia da greve social, do trabalho de cuidado. As pessoas que tem essa opinião de classe, e não do trabalho das mulheres." (Ativista 3)

Na intenção de disseminar a ideia do cuidado como um trabalho que é suscetível a Greve, a Rede 8 de Março impulsionou uma campanha digital que convocava as seguidoras a estender o avental de cozinha e partilhar a fotografia nas suas redes sociais digitais, isto é, ações coletivas que não dependem de barreiras geográficas ao mesmo tempo em que objetivam modificações sociais reais (Fernández et al., 2019).

Neste sentido, o movimento feminista incube-se de redefinir o que é trabalho, evidenciando a "heterogeneidade de tarefas não reconhecidas que produzem valor e desobedece a hierarquização e a divisão que o salário produz entre trabalhadores e desempregados" (Gago, 2020, p. 62), expondo realidades laborais que são invisibilizadas e normatizadas numa sociedade que se assenta no sistema patriarcal.

A campanha #PENDURAOAVENTAL, conforme é visível na Figura 2, teve menos de 100 citações de acordo com a ferramenta de lupa do próprio Instagram. Esta ação traduz a premissa da temporalidade afetiva — fundamento da quarta vaga feminista — sendo ela estimulada pelo ativismo que é ajustável e originário na solidariedade da informação (Chamberlain, 2017), que promove a coletivização das lutas das mulheres atentando ao reconhecimento das identidades que permeiam o "ser mulher", a fim de superar as dificuldades de forma conjunta.

² webpage do projeto: <https://www.superaproject.eu>

Figura 2: Campanha #PENDURAOAVENTAL



Fonte: Rede 8 de Março [@rede8demarco], 2021, Instagram.
<https://www.instagram.com/p/CMIUa5aFw4n/>

Para Gago (2020), o movimento feminista contemporâneo coloca em marcha o corpo na lógica de potência, ou seja, a própria definição de força de trabalho, e relega aos responsáveis pela reprodução social — o trabalho de produzir pessoas — uma posição de subordinação. “Um feminismo que se disponha a resolver a crise atual deve olhar para a reprodução social através de uma lente que compreenda e relacione, também, todos estes eixos de dominação” (Arruzza et al., 2019, p. 45).

A quarta vaga do movimento feminista preocupa-se com as vozes dantes licenciadas, vindo a refutar a ideia da conquista de igualdade a partir do questionamento da misoginia, machismo, sexismo, patriarcalismo, e claro, trabalho doméstico, clamando a necessidade de aplicar uma legislação que seja inclusiva e que tenha, por base, uma perspectiva de género (Silva, 2019; Fernández et al., 2019).

“A geração mais nova tem descoberto muitas questões políticas pelas redes sociais, o que é muito benéfico para o movimento. Temos que abrir discussões importantes em relação às questões de género e abrir a mente e os olhos de pessoas que, antes, não veriam por puro preconceito.” (Ativista 3)

“A justiça é machista aqui em Portugal. As notícias de violência de todo o tipo são recorrentes. Precisamos conversar sobre isso. A meu ver, é urgente.” (Ativista 4)

Conclusão

Os resultados decorrentes deste estudo sobre o a Greve Feminista do 8M em Portugal levam a indagar o motivo pelo qual ainda falta tanta representatividade nos movimentos feministas. Como a premissa da interseccionalidade é, não só concebida, mas questão de preocupação basilar das organizações na busca de um feminismo interseccional plural e diversificado, matriz da chamada quarta vaga, as representações identitárias devem ser ponto de constituição nos coletivos e pautas feministas, mas as práticas parecem ainda mostrar um distanciamento relativamente às lutas que são definem como prioritárias.

O Movimento 8M em Portugal é convocado por ativistas voluntárias sob uma estrutura horizontalizada que se utiliza do ativismo híbrido para construção e disseminação dos pilares da Greve Feminista Internacional, ou seja, realizam ações no espaço online e no de rua, espaços diferentes (Hall, 2003), pois a ocupação das ruas pelo movimento feminista é, além de tudo, simbólica. Assim, não se trata de uma distinção entre a ação coletiva e a ação conectada, mas a mitigação destas duas lógicas de ação que se transpassam neste hibridismo, onde “a transição entre a rede e a rua processa-se quer entremeando quer coexistindo os dois tipos de comunicação, a comunicação interpessoal presencial e a comunicação tecnologicamente mediada” (Babo, 2018, p. 237). Este aspeto parece ser particularmente visível na análise que efetuámos do Instagram relativamente a 2021.

São as redes sociais digitais que permitem ao feminismo de quarta vaga (r)existir e disseminar-se no englobamento de vozes silenciadas, mas que se tangenciam por temporalidades de sentimentos e afetos, constroem laços e com isto firmam ações para seguir o caminho rumo a uma transformação radical.

Percebe-se que as temáticas mais abordadas são aquelas análogas ao movimento internacional feminista, como a cultura do estupro, assédios e violência de género (Cochrane, 2013), acrescida, claro, de assuntos que emergem do conhecimento situado, que não deve ser descartado, a exemplo especificamente da preponderância da violência doméstica em Portugal. Isto é, constata-se a consolidação de um movimento feminista transnacional e intraestatal, atuando de dentro para fora, em concomitância

Na nossa leitura, o foco da Rede 8 de Março em direcionar os seus esforços maioritariamente para a convocação da Greve, e para um período temporal muito particular, deixa de lado assuntos que poderiam (e deveriam) ser trabalhados durante todo o ano no intuito de encorpar a luta feminista no país devido à sua relevância enquanto coletivo feminista português. No entanto, é de destacar que a Greve parece assumir visibilidade no espaço público, quer no domínio digital, quer nas ruas, aspeto este que merece um aprofundamento em termos analíticos.

Nesse sentido, será importante analisar outros meses de ativismo no Instagram e entrevistar mais integrantes para ver se as temáticas e agendas mudam ou permanece as mesmas, bem como a falta de representatividade, e ainda, verificar as atividades após o período de pandemia, se as manifestações mantêm o seu hibridismo mesmo sem as limitações do uso das ruas.

A Greve Feminista Internacional devolve a politização do Dia às mulheres e usa o ativismo numa lógica de alerta social e de transformação da sociedade, nomeadamente atentando para determinadas temáticas. Ao lado do ciberfeminismo, mostra-se rebelde. Oferece às mulheres um espaço de empoderamento, de participação e de resistência, embora nem sempre pareça incorporar nas práticas todas as vozes que diz querer trazer para a discussão pública. Rebelar-se contra os usos decorativos, redução a um simbolismo ou

assunto comunicável nas redes sociais (Gago, 2020). Resiste, persiste e clama adesão, pois “não há quem resista à luta feminista!”.

Financiamento

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT— Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto Refª 2021.07485.BD e do projeto FEMglocal — Movimentos Feministas Glocals: interações e contradições (PTDC/COM-CSS/4049/2021).

Referências bibliográficas

- Akotirene, C. (2018). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Objetiva.
- Babo, I. (2018). Redes, ativismo e mobilizações públicas. Ação coletiva e ação conectada. *Estudos em Comunicação*, 1(27), 219—244. <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/481>
- Beck, K. (2021). *Feminismo Branco: das sufragistas às influenciadoras digitais e quem elas deixam para trás*. Tradução de Bruna Barros. Harper Collins Brasil.
- Bhabham, H. (2003). *O local da cultura*. Editora UFMG.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in Psychology*, 3(2), 77—101. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>
- Castells, M. (2013). *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cerqueira, C. (2012). *Quando elas (não) são notícia: mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007)*. Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação). Universidade do Minho, Braga.
- Cerqueira, C. & Magalhães, S. (2017). Ensaio sobre cegueiras: cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos media. *Ex aequo*, 35, 9—20. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.35.01>
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford University Press.
- Chamberlain, P. (2017). *The Feminist Fourth Wave Affective Temporality*. Palgrave Macmillan.
- Cho, S., Crenshaw, K., & McCall, L. (2013). Toward a Field of intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 38(4), 785—810. <https://doi.org/10.1086/669608>
- Cochrane, K. (2013) *All the rebel women: The rise of the fourth wave of feminism*. Guadian Books.
- Cruz, R. V., & Cerqueira, C. (2017). Slutwalk goes glocal: estratégias de difusão online no caso português. In R. Ribeiro, V de Sousa & S. Khan (Eds.). *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise de identidade*. CECS, 213—236.
- Fernández-Romero, D., & Sánchez-Duarte, J. (2019). Alianzas y resistências feministas em Facebook para la convocatória del 8M em Espanã. *Convergencia*, 26(81), 1—21. <https://doi.org/10.29101/crcs.v26i81.11943>

- Fernández, E., Castro-Martinez, A, & Valcarcel, A. (2019). Medios sociales y feminismo en la construcción de capital social: la red estatal de comunicadoras en España. *Análisis: Quaderns de Comunicació i Cultura*, 61, 1—16. <https://doi.org/10.5565/rev/analisi.3247>
- Ferreira, G., & Lima, J. (2020). Ciberfeminismo: feministas tecem uma nova rede. *Diversitas Journal*, 5(3), 2263—2296. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i3-1209>
- Floridi, L. (2010). *Information: a very short introduction*. Oxford University Press.
- Gago, V. (2020). A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. Elefante.
- Hall, S. (2003). A identidade cultural na pós-modernidade. Companhia das Letras.
- Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14 (3), 575—599. <https://doi.org/10.2307/3178066>
- Haraway, D. (1991). *Simians, Cyborgs and Women. The Reinvention of Nature*. Free Association Books.
- Hill, A. (2016). SlutWalk as perifeminist response to rape logic: The politics of reclaiming a name. *Communication and Critical/Cultural Studies*, 13(1), 23—39. <https://doi.org/10.1080/14791420.2015.1091940>
- Kozinets, R. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Penso.
- Lamartine, C. (2021). "Nem tudo tem de ficar entre 4 paredes": ciberfeminismo e violência doméstica em tempos de pandemia. *Revista Comunicando*, 10(1), 2—39. <https://revistas.sopcom.pt/index.php/comunicando/article/view/28/52>
- Lamartine, C., Silva, M. T., & Cerqueira, C. (2022). Intersectional feminism through digital activism: the 8m strike between Portugal and Brazil. In S.L. Ormaechea, & M. R. Hernadéz (Eds.). *Redes sociales en tiempos de la COVID-19: narrativas, bulos, algoritmos y marcos normativos* (pp. 85—94). McGraw Hill.
- Littler, J., & Rottenberg, C. (2021). Feminist solidarities: Theoretical and practical complexities. *Gender, Work & Organization*, 28(3), 864—877. <https://doi.org/10.1111/gwao.12514>
- Maclaran, P. (2015). Feminism's fourth wave: a research agenda for marketing and consumer research. *Journal of Marketing Management*, 31 (15—16), 1732—1738. <https://doi.org/10.1080/0267257X.2015.1076497>
- Magalhães, V. (2021). O Movimento# MeToo: Argumentação, enviesamento e negação polémica. *Language and Law/Linguagem e Direito*, 8(2), 87—103. https://doi.org/10.21747/21833745/lanlaw8_2a5
- Martinez, F. (2019). Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos Pagu*, 56, 1—34. <https://doi.org/10.1590/18094449201900560012>
- Mason-Deese, L. (2020). Not One Woman Less. From Hashtag to Strike. *Spheres: Journal for Digital Cultures*, 6, 1—15. <https://spheres-journal.org/contribution/not-one-woman-less-from-hashtag-to-strike/>
- Melo, F. (2020). Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 28 (3), 1—16. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n372564>

- Mendes, K. (2015). *Slutwalk, Feminism, Activism and Media*. Leicester: Palgrave Macmillan.
- Pagel, G. C., & de Mello, C. P. N. (2021). Redes Feministas: a potência insurgente das hashtags#ChegadeFiuFiu,#PrimeiroAssédio e#EleNão. *Revista Eco-Pós, 24(2)*, 587—626. <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i2.27597>
- Recuero, R. (2009). *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Reverter, S., & Medina-Vicent, M. (2022). The communicative power of social media during the 2019 8M feminist strike in Spain. *Journal of Spanish Cultural Studies, 23(2)*, 1—16. <https://doi.org/10.1080/14636204.2022.2070705>
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Santaella, L. (2010). *A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade*. Paulus.
- Santos, A. C., & Pieri, M. (2021). Recolocando a autodeterminação na equação? Uma análise da ação coletiva feminista na Europa do Sul. *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea, 19(47)*, 82—102. <https://doi.org/10.12957/rep.2021.56089>
- Silva, J. (2019). *Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda*. Recife. E-book.
- Tomazetti, T. P. (2015). O feminismo na era digital e a (re)configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero. *Razón y Palabra, 19(2_90)*, 488—500. <https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/334>
- Tuzcu, P. (2016). "Allow access to location?": Digital feminist geographies. *Feminist Media Studies, 16(1)*, 150—163. <https://doi.org/10.1080/14680777.2015.1093153>
- Vink, A. (2019). *Online Activism: Social Change Through Social Media*. Lucent Press.
- Witschge, T., Anderson, C. W., Domingo, D., & Hermida, A. (2018). Lidando com a Bagunça (que fizemos): detalhando hibridismo, normatividade e complexidade nos estudos de jornalismo. *LÍBERO, (41)*, 28—38. <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/974/0>
- Zimmerman, T. (2017). Intersectionality: The Fourth Wave Feminist Twitter Community. *Atlantis, 38(1)*, 54—70. <https://journals.msvu.ca/index.php/atlantis/article/view/4304/54-70%20PDF>